Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, reuniram-se os conselheiros do CACS FUNDEB, através da plataforma meet, iniciando as dezoito horas, com a leitura da Ata da reunião anterior, que foi aprovada, sendo solicitado pela Presidente Márcia Rodrigues que todos colocassem seu nome no chat, para que fosse constatada a presença. Dando continuidade, a presidente passou a informar a todos os conselheiros a respeito da formação propiciada pela UNCME (União Nacional dos Conselhos Municipais), ressaltando que, nesse momento, a preocupação principal é a vacinação. Sendo que o município de Biguaçu já iniciou a vacinação da comunidade escolar, parabenizando o secretário Oscar por isso. Também está em discussão a flexibilização dos dias letivos, sendo uma questão jurídica em discussão em virtude da pandemia. Foi também abordada a questão da evasão escolar, em dados preocupantes que a UNCME possui, indicam que há um retrocesso de 20 anos, em todos os níveis de ensino, na busca dos alunos que se perderam. A orientação da UNCME é que os professores foquem nos conteúdos mais essenciais para a retomada do que foi perdido. Falaram também das expectativas frente as novas plataformas que estão se apresentando, da necessidade de recursos tecnológicos, que nem sempre, todos têm acesso. Que esse ano terá o CONAE, que irá reavaliar o plano nacional de educação e esse ano ainda vai ocorre o encontro dos presidentes dos CACs e colocam da importância de todos os conselhos de educação estarem alinhados no município. Dando como exemplo a situação hora surgida, em que os conselhos se uniram. Esse é o papel do conselho: parceria e acompanhamento. A UNCME também ressaltou que o Tribunal de Contas quer resultados, depois de tantos investimentos. Eles querem valores gastos, valor de IDEB, ou seja, o Tribunal de Contas vai observar, através dos relatórios dos Conselhos. O secretário já está ciente e já está acompanhando. Apresentaram no curso ainda a plataforma Mais PNE, uma outra plataforma pública para quem quiser acompanhar as verbas das secretarias municipais de educação. O fórum está disponível a plataforma Youtube, sendo então dada a palavra a Conselheira Andreia que também participou da UNCME, informando que a UNCME catarinense a informou que será dada formação aos conselheiros do CACS FUNDEB primeiramente, e num segundo momento, ao conselho municipal de educação. Que considera muito importante essa formação, pois é um conselho relativamente novo, não querendo acrescentar nada em ralação a fala da presidente Márcia. Conselheira Ana pede a palavra, apenas para responder à colocação da Conselheira Andréia –feita no chat – sobre não estar na Ata nº 01 a eleição do Conselho, respondendo que a eleição foi na reunião anterior, que ela não havia secretariado, Conselheira Andréia ressalta a importância de a eleição estar em ata. Conselheira Ana questiona ao Secretário Oscar se a reunião anterior foi gravada, oferecendo-se para transcrevê-la. Secretário Oscar confirma que a eleição foi realizada juntamente com a posse dos conselheiros, estando no mesmo documento. Presidente Márcia informa que esse documento está no site da prefeitura, na aba CACS FUNDEB, que já está anexado também. Sobre os gastos do FUNDEB, como combinado anteriormente que seria feito uma comissão para avaliação de documentos e assim foi feito. Essa reunião da comissão foi realizada na secretaria de desenvolvimento que cedeu um espaço ao conselho, agradecendo ao Secretário André Leal. Luciana e Priscila compareceram novamente, e essa comissão recebeu toda a documentação do 1º bimestre, sendo arrecadado R$ 5.359.999,14, sobre o mínimo de 70%, foi gasto 57, 86 e dos 30%, apenas 16,48. Como foi o 1º bimestre, não houve tempo hábil para os gastos. Foram os meses de janeiro e fevereiro, recém tinha chego a nova administração iniciando licitações, compras, etc. As contas devem se organizar ao fim do 1º semestre, com as contratações, se chegará aos limites previstos em lei do FUNDEB. Secretário Oscar ressalta que esses valores são aferidos durante todo o ano, que isso se aproximará dos valores próximo ao meio do ano. Sobre a folha de pagamento recebida, foi relatado que durante a análise, percebeu-se diferenças e uma grande dificuldade em acompanhar devido as diferentes lotações. Conselheira Luiza e Secretário Oscar já estão cientes, e se colocaram à disposição para organizar essa folha para a próxima reunião. Professor José relata que percebeu professores que estão na SEMED recebendo regência e também que funcionários estão lotados em um lugar e estão em outro. Relatou ainda, sobre a reunião da comissão, que foi observada a lotação ou não lotação. Assim sendo, foram solicitados novos documentos. Secretário Oscar explica os porquês de professores que estão fora de sala receberem regência, pois estão readaptadas. Deve ocorrer uma nova reunião da comissão já com os dados da Priscila do 2º bimestre e essa relação dos servidores e de sua lotação vinda da SEMED. A folha de pagamento que foi observada é a que está no portal da transparência, daí a importância que esteja tudo regularizado. Foi ressaltado ainda que a Folha não está sendo questionada, acreditando-se que logo se terá isso de forma clara. Presidente Márcia agradece a presença dos conselheiros na comissão, de forma presencial ou on line, e que esses documentos serão reavaliados, pedindo ainda a opinião dos conselheiros sobre a forma de trabalho, sem nenhuma colocação, informa que serão refeitos os documentos. Conselheira Andréia relata que constar ou não na relação, diz respeito a receber ou não pelo FUNDEB, Secretário Oscar pede a palavra e ressalta que tão logo soube das diferenças encontradas, já se posicionou e que existem duas professoras que trabalham na SEMED, que estão lá em função gratificada e perderam a regência de classe. Corrigindo sua fala, acrescenta que há professores que estão fora de sala e recebem a regência. São situações que a Perícia Médica Municipal define, afirmando que não podem trabalhar com alunos em sala de aula, mas desempenhar outras funções, e essas funções mantém a regência de classe, explicando para que as pessoas não estranhem tendo nas unidades escolares, professores que estão fora de sala, mas que recebem a regência de classe não estando em sala de aula: isso é readaptação. Sobre as lotações, há sim um problema na lotação dentro do sistema e a diretora do Recursos Humanos da Prefeitura já foi oficializada através de documento, solicitando a organização. Há também a mudança na lei do FUNDEB, Lei 14.113, de 25 de dezembro, os profissionais especialistas não compunham um centro de pagamento e na mudança da lei, passa a ser descrito que podem ser pagos conforme o artigo 61 da Constituição Federal, sento que o RH mudará as especialistas para esse pagamento, até para facilitar, pois não é obrigatório. Presidente Márcia agradece e retoma a fala, repetindo que assim que receber os documentos a comissão se reunirá para os encaminhamentos, acompanhamentos e considerações. Ao fazer o acompanhamento, o Conselho as vezes esbarra em situações, e ocorreu quando foi conhecido o Projeto de lei 12/2021, que é sobre o recurso que seria destinado a educação e depois emprestado a saúde. Foi discutido na comissão e restou um documento que foi levado ao Secretário Oscar e ao Prefeito Salmir em mãos. Esse recurso não é do FUNDEB, é um recurso próprio. Foi muito positiva a reunião para serem alinhadas as posições. A resposta do Secretário Oscar já foi encaminhada ao grupo sobre o questionamento. Não foi encaminhado o documento ao presidente da câmara, para que fosse retirado da pauta. Cabe ressaltar que estamos apenas acompanhando, mas somos parceiros do Conselho Municipal de Educação, e a fala logo será repassada a conselheira Andréia que é Presidente do Conselho de Educação. Nessas reuniões nosso primeiro contato foi com o Secretário Oscar e depois com o Prefeito Salmir, restando uma resposta que foi encaminhada hoje dos questionamentos. Não foi para a votação na câmara porque o Prefeito Salmir ligou para o presidente da câmara, Vereador Patê, para que retirasse da pauta até a apresentação do projeto aos conselhos, em uma atitude sensível e respeitosa, ouvir os conselhos, sendo importante essa forma de administrar, sendo muito importante essa porta aberta. Passou a palavra a algum conselheiro que quisesse se posicionar. Conselheira Andréia resgata as informações sobre a PLE que emprestava 1.600.000,00 da educação para a saúde, com base nisso, o Conselho municipal junto ao CACS elaborou um documento pedindo esclarecimentos sobre como seria feita a reposição do valor. Deixando claro em reunião com o secretário e prefeito, sendo muito bem recebidas, mas que causou surpresa e inquietação quando se fala em capital da educação, sendo recebida a resposta do secretário, sendo que não se reuniu ainda com seu conselho para responder, mas que será dada a resposta no prazo solicitado. Julgando muito positiva primeiro a união dos conselhos, e depois, o sentar com o executivo e dizer que o conselho está aqui, estamos no nosso papel de fiscalizador, mas não queremos causar entrave, mas sim, contribuir para uma educação de qualidade. Conselheiro Antônio pede a palavra, iniciando sua fala apresentando-se como diretor da secretaria de desenvolvimento, e inicia afirmando que todos ali querem uma educação de qualidade, mas que não necessariamente todos precisam pensar da mesma forma. A primeira solicitação é de que a Ata fosse passada no grupo de Whatts, pois não são todos da área de educação e que ele não se lembra de ter votado favorável na da reunião de 2ª feira para encaminhar um documento para o executivo e para a câmara sobre a PL 12/2021. Sobre a Ata lida, afirma que não conseguiu captar e o que ouviu não constava essa situação na ata. Gostaria de pedir que a Ata fosse colocada no grupo para que pudesse lê-la e pudesse ter uma percepção do conteúdo. Leu o ofício, relatou o Conselheiro Antônio, elogiando ainda os depoimentos ouvidos na reunião, da presidente do conselho e dos demais que aqui se colocaram, que sabem a competência do que cabe ao executivo municipal, prefeito e secretário, de implementar as políticas públicas para educação e ao conselho de acompanhar e fiscalizar. Tem percebido um tratamento polido e urbano nessas reuniões, sendo muito bem vindo nas coisas que são de interesse público, porém confessa, até por fazer parte da administração municipal, que tudo que observou nos 12 anos da administração passada, quisera tivesse um conselho que tivesse a vontade do atual conselho tem, pois considera que a educação e outras áreas estariam em outro patamar no município. Observa uma correspondência que foi descrita com o intuito de ajudar contando que é notória a necessidade de investimentos nas escolas, que causou surpresa e estranheza, ressaltando que a verba é do município. Sobre a valorização dos profissionais da educação, informa que sua esposa é professora, embora da rede particular, já aposentada, que a mesma trabalhou na rede pública. Que bem sabe da importância dessa profissão. Falar em revitalização das escolas em um momento em que estamos vivendo ainda mais com um secretário que todos sabem da competência, cobrar esse tipo de coisa agora, soou ao Conselheiro como algo meio assim forte, no mesmo momento em que questiona o empréstimo que o prefeito está fazendo, isso é notório e público que vamos ter lucro, pois vai um milhão e seiscentos e volta dois milhões, ou seja, se o conselho atuar contra isso, nós vamos estar dando um tiro no pé da educação, que esse dinheiro vai vir para uma creche, então, em relação a todas essas conversas e reuniões que ocorreram, causou estranheza esse ofício do conselho, notadamente a câmara de vereadores, ainda bem que o bom senso prevaleceu e não chegou ao final, mas de chegar a levar isso, ia criar um confronto com a administração municipal, não tendo o Conselheiro Antônio autorização do prefeito nem do secretário para falar, mas acha que o conselho está com vontade de trabalhar, mas temos que ter mais cuidado, salvo esteja equivocado. O conselheiro Antônio continua explanando que é para a gente acompanhar mais, mas deixar a prefeitura trabalhar, porque se começarmos pegando tudo, vai ficar difícil, sendo essa a sua opinião. Afirma ainda que o ofício foi contundente demais para um primeiro encontro, tendo que cuidar para que o conselho não se torne algo corporativista ou político, sabendo da importância dos professores, da melhoria das condições da educação, mas nesse momento, o pessoal da saúde está precisando desse reforço que vai voltar para a educação. Essa é a sua posição. Conselheira Ana pede a palavra e coloca ao Conselheiro Antônio que a Ata nº 01 foi encaminhada no grupo de whats no dia 28/04, tendo em vista que o conselheiro iniciou sua fala fazendo essa solicitação. Em relação a deliberação falada que deveria constar na ata, Conselheira Ana explicou que a deliberação não ocorreu na reunião, por isso não está na Ata. Conselheiro Antônio desculpa-se por não ter visto a Ata. Conselheira Ana explicou ainda que a deliberação ocorreu no encontro da pequena comissão, e que o documento não foi como uma reclamação ou enfrentamento, surgindo como curiosidade. Em momento algum, por parte de nenhuma pessoa da comissão houve observação de enfrentamento, tendo em vista que não houve observação político partidária e que estamos todos comungando em busca de uma educação de qualidade. O caso de votar em Biguaçu, se é 17, 25, 42 não importa, a gente não está aqui para isso. Ressalta que as falas da Presidente Márcia ou da Conselheira Andréia em momento algum foram para barrar a PL. Conselheiro Jorge fala sobre a desvalorização dos profissionais do magistério que já vem ocorrendo há um bom tempo, que o secretário atual já está ciente dessa defasagem, por toda a parte dos técnicos da educação. Existe um enrolamento por parte da SEMED com biênios atrasados, 2017/2018 e 2019/2020, quadriênios sendo ancorados pela PEC DO Bolsonaro, reposições congelados também, ainda que no art. 34 da lei municipal 51/2012, diz que é vedado ao servidor receber piso inferior ao piso do magistério para os profissionais do magistério, e elencou valores recebidos por servidores, questionando os valores líquidos recebidos, questionando ainda o que sobra para o funcionário. Ficam esses questionamentos, pois a verba recebida do governo federal está em 12%, chegando futuramente a 26%, questionando o secretário os porquês dos técnicos estarem desamparados. Presidente Márcia ressalta que todas as falas são importantes, e que o Secretário da Educação falará posteriormente. Ressalta que o documento encaminhado foi uma solicitação de informações e que se outros conselhos não conseguiram fazer esse acompanhamento que bom que o atual está empenhado. É um conselho rico, em suas palavras, que tem muita vontade. Agradeceu a presença das 13 pessoas que estão desde o início da reunião passando a palavra ao vice-presidente José que iniciou dizendo que toda posição é política, diferentemente de partidária. O que ocorreu foi que se tomou conhecimento de um recurso da educação e sendo atribuição desse conselho, é obter esclarecimento. Em momento algum a comissão se colocou de forma contrária ao empréstimo à saúde. O que se queria saber era o que exatamente estava acontecendo. Ressalta que sim, os encontros do Conselho são políticos e o serão, e que não é por que uma gestão é nova que não há a necessidade de conversar, a partir do momento em que há uma demanda sobre recursos da educação. Há a necessidade de entendermos. Sendo esse o intuito, declara-se favorável a PL. E quando foi colocado no documento a valorização dos profissionais da educação, isso é um princípio fundamental do FUNDEB. Entende o posicionamento do Conselheiro Antônio e o respeita, e sobre a Ata, não está em Ata, foi realizada na comissão e na reunião da comissão é que surgiu esse documento. Agradece ao Secretário e ao Prefeito a decisão lucida de ter retirado da pauta, ninguém quer barrar o projeto, apenas compreender. Acredita que se mantivermos essa forma de trabalho, aberta, colaborativa, acredita o Conselheiro José que teremos apenas bons frutos, ressaltando que são apenas esclarecimentos. Presidente Márcia relembra que essa comissão é formada por todos que colocaram seus nomes e que todos foram convidados a participar, todos foram aceitos, e a partir daí que foi feita a reunião. Na próxima reunião, se mais alguém quiser participar, pode participar. Estamos aqui para ouvir e acolher a todas as contribuições. Conselheira Andréia respondendo ao Conselheiro Antônio, ressalta que quando foi lida a PL 12/2021 não estava descrita de que forma seria feito o repasse desse valor a educação ou a UPA. A intenção não foi em momento algum barrar, se assim fosse, teríamos ido primeiro a câmara. Não, primeiro fomos a pasta, depois conversamos com o executivo, que nos explicou. Solicitamos que fizesse por escrito, tendo em vista que estavam havendo questionamentos por parte dos profissionais da educação, que nos falavam que estavam tirando dinheiro da educação para a saúde. Não era um repasse, era um empréstimo, vai um milhão e seiscentos e voltam dois milhões. A gente quer esclarecer e mostrar que o conselho não é omisso. Infelizmente nos anos anteriores, não foram atuantes, a intenção é de que esse conselho seja atuante e participante, querendo crescer juntos não com a ideia de barrar, causar entraves e sim de atuarmos juntos e dar respaldo para tudo que a secretaria faz, que é importante. Foi por isso que solicitamos esclarecimentos, que veio na resposta que os dois milhões viriam para a construção da creche do Saveiro. Conselheiro Antônio relata que após as falas ele também passou a entender, que o Conselho ajude o prefeito e ao Secretário Oscar. Presidente Márcia fala que sabe das dificuldades que tem na educação e que na fala do Secretário Oscar ele falará das demandas da educação e que a ética que se deve ter quando se levam as respostas para cada segmento. Nesse conselho, primeiro as pautas são conversadas em reunião. Depois deve ser dado o retorno, devendo ter o máximo cuidado, tanto nós quando damos as respostas aos nossos segmentos, quanto vocês, equipe técnica e gestores, para que não haja incompreensões de ambas as partes. Tanto do executivo que não entende o que estamos fazendo, quanto dos segmentos que estamos sensíveis no município, tanto com as questões da saúde como com a educação. Pede ainda compreensão e harmonia no grupo de trabalho. Passa a palavra ao Secretário Oscar, que inicia sua fala dizendo o quanto ele gosta de participar dessas reuniões, pois vem de uma instituição que possui representações de todos os segmentos, sempre pautados pela democracia. Inicia falando com o Conselheiro Davi, que protocolou um processo solicitando a turma de pré na comunidade indígena Itanhaém. Foi prontamente acolhido, sendo encaminhado ofício ao Estado para que sejam feitos os trâmites, oferecendo cópia da correspondência, e também entrou em contato com a Secretaria de Educação do Estado, oferecendo a contratação do profissional, e percebeu que não será um processo demorado. Em relação ao Conselheiro Jorge, o Secretário Oscar afirma que já conversaram anteriormente, que desde que chegou, já teve dezesseis audiências com o SINTRAMUBI, com gestores, representantes e que Jorge veio em reunião como representante dos técnicos em educação. Fala que o Conselheiro Antônio por desconhecimento, acaba por chamar a todos da educação como professores, mas que são diversas as categorias de profissionais da educação. Concorda ainda que a Lei 51/2012 está defasada, oito anos de defasagem, em uma legislação com os professores e as sete classes a mais de profissionais de educação municipal, fazendo ainda uma explanação sobre o cargo de técnico em educação, cujo salário bruto é de R$ 2.750,00, que não faz juz ao rol de atribuições do cargo, distinto, substituindo professores sem ganhar regência nem hora atividade. E, relata que já se comprometeu, com toadas as classes do município de discutirmos, porém com a lei 173/2020, a lei da pandemia, com uma série de vedações no art. 8º, de conceder reajustes, proibindo estados e municípios de qualquer aumento de despesa de pessoal até 31/12/2021, os órgãos de controle estão em cima, Biguaçu está sendo auditado. Sobre o biênio, tristemente demorou 04 anos para ser avaliado, explicando o que é. Há uma análise, sendo que o secretário Oscar analisou aproximadamente 450 processos, alguns indeferidos. Sobre o gasto anual, a lei é de 25 de dezembro de 70%, isso no fim do ano. E continua agradecendo ao Conselheiro José suas falas sobre o entendimento do papel do conselho. Ao Conselheiro Antônio, que também é parte do governo, ressalta que as falas ouvidas no legislativo geraram tristeza, não foram no sentido de contribuir. No contexto da PL, fomos chamados pela contabilidade e fomos informados que a folha foi superestimada, e o dinheiro não seria utilizado. Sobre estagiários e ACTs, os editais foram lançados, para ACTs já estamos na 19º convocação para tentar substituir as vagas existentes. Pode ser pelo salário, pode ser pelo tempo de contrato. As atribuições dos dois conselhos são diferentes, sendo que irá encaminhar documentos ora para um, ora para o outro, de acordo coma demanda, entretanto pede desculpas, pois considera que errou. Quando o prefeito o chamou e colocou a situação da transferência de recursos para a UPA, especialmente para insumos e cilindros de oxigênio, não posso deixar de ser empático em que em momento oportuno, o prefeito devolverá dois milhões para a creche do Saveiro, que está orçada em três milhões e duzentos mil. O Secretário Oscar considera que deveria ter falado com o CONAE, pois não era recurso do FUNDEB, mas que não falou. Pede desculpas, pois deveria ter se repostado. O refeito na reunião, relatou que havia uma prática de anula e suplementa, e não é porque era feito errado que precisa fazer também, mas era corriqueiro que as pessoas não estranham, a gente da educação que tem esse cuidado. O prefeito realmente retirou esse projeto e, continua o Secretário Oscar, tive o cuidado de elencar todos os aspectos no documento. A gente teve devolução de recursos 357 mil, a creche do saveiro, no ano passado, viria 1 milhão, oitocentos e oitenta e oito mil. Não foi feito algo que tinha de ser feito no sistema e o dinheiro não vem mais. Isso deixa a gente angustiado. O projeto já está pronto, mostrei as duas presidentes. Tem centro de saúde e a creche que vai receber mais de 400 alunos. Não houve maldade, nem arrancar dinheiro da educação. Peço desculpas, deveria ter conversado sobre a contrapartida. Coloquei no documento ainda algumas ações: uniforme, kit escolar, kit de alimentação para os que estão em casa 100% remotos, chips para celulares das crianças e servidores, reformas, contratação de vigias. Uma série de questões ainda em curso, que na verdade foram apenas 05 meses que a gente vem sobrevivendo. Presidente Márcia agradece, colocando-se à disposição para que possamos levar os fatos aos segmentos. Ressalta ainda a preocupação do prefeito com a terceira onda, a solicitação que chegou ao prefeito Salmir é para que não desmonte nada, se abasteça e se prepare. Mesmo com tudo isso estão vindo notícias boas, de uniforme, Conselheiro Davi pede a palavra e agradece a oportunidade de espaço e da implantação do pré na comunidade indígena, colocando-se para ajudar e auxiliar o conselho. Secretário Oscar fala da importância de todos irmos a inauguração do pré, pois será uma resposta ao trabalho de todos. Sobre a solicitação da Justa, o Secretário Oscar relata que foi feita a compra de todos os equipamentos, de tudo que foi solicitado. Presidente Márcia relembra que as reuniões são mensais. Antes de finalizar, fala em seu nome e da Conselheira Andréia ratificando sua solicitação de espaço, pessoal e infraestrutura mínima para o funcionamento da sala dos conselhos. Conselheira Andréia mantém o pedido. Presidente Márcia agradece a participação dos conselheiros, união dos Conselhos e a conversa com o executivo. Conselheiro José pede que seja registrada em Ata que os conselhos não são contra a PL 12/2021, apenas que havia necessidade de entendimento, que volte a PL a pauta de discussão da câmara municipal. A Presidente Márcia informa que não há nenhuma objeção a PL 12/2021, e que o Secretário Oscar pode informar, antes mesmo da chegada do documento. Como dever de casa, permanecemos aguardando a documentação da contabilidade e do RH. Agradece aos conselheiros e finaliza. Eu, Ana Lucia L C P Monteiro, secretariei o início da reunião, transcrevendo a parte em que não estava presente, firmo a presente ata.